

Verbetização em âmbito escolar: Gênero, Língua e Sexualidade

Verbetização at school: Gender, Language and Sexuality

Jonathan Ribeiro Farias de Moura¹

Resumo

O presente artigo discute sobre o ensino de língua portuguesa em ambiente escolar, trazendo a temática do gênero e da sexualidade. No primeiro momento, partimos da pergunta “Como é que gênero e sexualidade se materializam na língua?”. No segundo momento, pensamos no uso do dicionário nas aulas de língua portuguesa e o processo de efeitos de sentido que tal gesto produz. A fruição de sentido que as palavras podem ter aponta a questão de gênero e da sexualidade em determinadas condições de produção, como no âmbito da internet. Nesse processo, que é colocado em sala de aula, discutiremos sobre o conceito de verbetização (Moura, 2018) que se diferencia do processo de dicionarização. Essa relação entre verbetizar e dicionarizar demonstra como alguns sentidos são mais recorrentes e outros ficam marginalizados, e também possibilita a reflexão acerca do gênero e da sexualidade, uma vez que alguns sentidos, quando colocados na perspectiva de sujeitos LGBTQIA+, podem não ter uma maior circulação se comparados com outros. O referencial teórico é da Análise de Discurso (Pêcheux e Orlandi) e da História da Ideias Linguísticas (Auroux e Nunes).

Palavras-Chave: Verbetização. Gênero. Língua Portuguesa. Sexualidade

Abstract

This article discusses the teaching of Portuguese on a school environment, bringing the theme of gender and sexuality. At first, we started with the question “How does gender and sexuality materialize in the language?”. In the second moment, we think about the use of the dictionary in Portuguese language classes and the process of effect of meaning that such a gesture produces. The fruition of meaning that words can have points to the issue of gender and sexuality in certain conditions of production, such as in the scope of the internet. In this process, which is placed in the classroom, we will discuss the concept of verbetização (Moura, 2018) that differs from the dictionary process. This relationship between verbetizing and dictionary demonstrates how some meanings are recurrent and others are marginalized, and allows reflection on gender and sexuality, since some meanings, when placed in the perspective of LGBTQIA+ subjects, may not have greater circulation compared to others. The theoretical framework is Discourse Analysis (Pêcheux and Orlandi) and the History of Linguistic Ideas (Auroux and Nunes).

Keywords: Verbetização. Gender. Portuguese Language. Sexuality

Recebido em: 15/03/2020.

Aceito em: 11/11/2020.

¹ Docente na Escola de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6635-8828>.

Introdução

O componente curricular de Língua Portuguesa deve propiciar aos sujeitos-educandos o aprimoramento de habilidades como: leitura, escrita, fala e escuta; de acordo com as Orientações Curriculares Para Ensino Médio (OCEM), além de avançar em níveis mais complexos de estudo; integrar-se ao mercado de trabalho com condições para isso e com autonomia para seu aprimoramento profissional; atuar de forma ética e responsável, tendo em vista as diferentes dimensões da prática-social.

Posto isso, este artigo tem como propósito refletir sobre a questão de gênero e da sexualidade na aula de língua portuguesa, sem perder de vista os conteúdos a serem discutidos, sem deixar de construir o conhecimento sobre os conteúdos colocados pelos documentos oficiais; sem perder do horizonte a perspectiva contra-hegemônica a qual está embasada o projeto político-pedagógico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Outro elemento fundamental a ser pensado é acerca dos textos trabalhados em sala de aula, uma vez que, se quisermos analisar as questões que não sejam do universo cisgênero/heteronormativo² (BUTLER, 2015), o professor precisa escolher de maneira cuidadosa o texto e pode fazer uma análise discursiva de como os sentidos são movimentados ali, sem perder a discussão sobre gênero e sexualidade. Importante ressaltar que essa temática, também, pode ser trabalhada na perspectiva cis/heteronormativa. Ou seja, em um texto que possibilite a discussão de gênero/sexualidade a partir da perspectiva cis/heteronormativa, é interessante analisar como o *status quo* da sociedade promove os sentidos de uma sociedade patriarcal que ainda estabelece diferença entre homens e mulheres, mesmo a última tendo reivindicado, ao longo da História, por espaço e por escuta de sua voz, principalmente, durante o século XX. Mesmo a mulher conquistando espaços na sociedade, é pertinente mostrar como os sentidos circulam em tais textos e, depois, problematizá-los, entretanto, neste artigo, priorizamos a análise do discurso com o enfoque na comunidade LGBTQIA+³.

Depois trabalharemos como esses sentidos, da perspectiva LGBTQIA+, são construídos a partir de uma notícia de uma revista de grande circulação, tendo esse texto como base. Dentro dele, pinçamos a palavra “lacrar”, que é exemplificada ao longo da notícia e serve como mote para a análise; utilizaremos tal vocábulo com a finalidade de analisar os sentidos que são constituídos através de verbetes de dicionários, e, desta forma, mostrar como alguns sentidos estão em determinados dicionários e não estão em outros. Para isso recorreremos a dois dicionários: um *online* e outro institucional, para que se tenha um parâmetro de qual sentido está sendo trabalhado no texto do veículo jornalístico.

Estamos trabalhando com a Análise Materialista do Discurso, baseado em autores como Michel Pêcheux e Eni Orlandi, e, também, operamos com os conceitos da História das Ideias Linguísticas que possui como um dos principais autores Sylvain Auroux, na França, José Horta Nunes, no Brasil. Começaremos apresentando, parcialmente, o projeto

² Cisgênero é a pessoa que nasceu com sexo anatômico de acordo com sua identidade de gênero, nesse conceito não leva em consideração o intersexo, por exemplo, pessoas que nascem com marcadores biológicos dos dois sexos. Já o termo heteronormativo é um termo para designar a heterossexualidade compulsória. Ou seja, um menino vai namorar/se relacionar com a menina e a menina vai namorar/se relacionar com o menino. Isso é trabalhado em práticas sociais, quando na infância menino brinca de futebol e menina brinca de cuidar de boneca, por exemplo.

³ Sigla para se referir a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e o símbolo + é para uma possível categoria que não esteja contemplada nas letras.

político-pedagógico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, doravante EPSJV.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Projeto Político-Pedagógico

A EPSJV é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição ligada ao Ministério da Saúde com reconhecimento internacional em pesquisas em Saúde Pública. A escola, enquanto unidade técnico-científica, surgiu em meados da década de 80 em torno do debate da redemocratização do Brasil com intuito de formar trabalhadores técnicos como mão de obra para o Sistema Único de Saúde (SUS).

De 1985 até os dias atuais, a escola cresceu bastante, ofertando vários cursos relacionados à área da saúde: mestrado profissional, Agentes Comunitário de Saúde, Técnico em Radiologia, entre outros. O foco, neste artigo, é discorrer sobre o Ensino Médio Integrado ao Técnico, na qual a instituição escolar oferece três cursos nas habilitações: Análises Clínicas, Biotecnologia e Gerência em Saúde; são ofertadas, geralmente, 32 vagas para cada habilitação; os candidatos fazem duas provas: uma de Língua Portuguesa e outra de Matemática. Por fim, os candidatos passam por um sorteio em que são respeitadas as lei de reservas de vagas. Os alunos cursam durante quatro anos e no último ano, eles precisam defender uma monografia do tema que escolherem, sempre respeitando os moldes científicos.

O norte da escola é formar o aluno numa concepção politécnica, ou seja, trabalha-se a emancipação para a não alienação dos sujeitos-educandos, fazendo com que a partir do processo entre trabalho manual e trabalho intelectual compreenda-se a forma de organizar o trabalho em sociedade. Abaixo um trecho do projeto político-pedagógico:

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, a EPSJV parte de pressupostos que ressaltam as dimensões interativas e construtivas, do sujeito com os objetos físicos e com o meio, como sociais e históricas, como nos mostram Vygotsky e outros estudiosos da chamada escola soviética.

Assim, o sujeito se forma em interações contínuas com o meio social, internalizando sinais e valores, herdando toda a evolução filogenética e cultural, tendo então acesso às funções mentais superiores, como a linguagem, a atenção voluntária, as operações lógicas etc.

Portanto, o sujeito para Vygostsky não é passivo, como nas reduções behavioristas, mas sempre interativo, e posto em contextos intersubjetivos (Projeto Político-Pedagógico, 2005, p. 63).

Nesse trecho destacado do projeto, podemos observar sobre a importância de colocar o sujeito-educando problematizando o meio social, ou seja, fazendo com que esse educando reflita sobre as questões que estão em sociedade, percebendo, assim, os conflitos e as contradições que o meio social apresenta. Ao propor a autonomia, pensa-se num educando ativo/reflexivo que constrói, todavia, à medida que constrói, também percebe a sociedade em que está inserido e pensa sobre os conflitos e as contradições que o sistema capitalista (im)põe.

Tal reflexão precisa apontar as contradições e os conflitos em que o sujeito-

educando está inserido, como abaixo:

Campo de tensões em que se expressam os vários sujeitos históricos, a educação incorpora tanto as visões convergentes quanto os embates, as relações de exclusão, os conflitos e os interesses antagônicos da vida social.

No Brasil, as contradições profundas do modelo de desenvolvimento econômico reservaram à escola o papel de preparar diferentemente os trabalhadores segundo o lugar que ocuparão na divisão social e técnica do trabalho. Adaptando-se à cisão entre planejamento e execução, própria do processo de trabalho taylorista-fordista, o modelo pedagógico mobiliza de formas diferentes, e de acordo com a origem social, os conhecimentos relacionados às capacidades intelectuais e os conhecimentos relacionados às capacidades instrumentais. Esta estratificação, que percorre toda a formação do trabalhador, é especialmente evidente na etapa intermediária da educação. Aqui a nítida demarcação das trajetórias educacionais toma corpo na forma de cursos autônomos com objetivos diferenciados e organizações curriculares próprias (Projeto Político-Pedagógico, 2005, p. 128).

Como a escola propõe formar trabalhadores para a área da saúde e sempre pensando na questão da contradição e do conflito, interessa questionar aqui o conceito de trabalho. Nas discussões com bases marxista, há uma divisão entre trabalho manual (capacidade instrumental) e trabalho intelectual (capacidade intelectual) que apontam para uma desigualdade que assola a sociedade, o mundo capitalista coloca essa divisão e estabelece uma diferença que se reflete em diferentes salários, diferentes status, etc. Pensar essa condição na área do ensino técnico em saúde é mostrar que a sociedade reflete uma hierarquia, uma pirâmide social que também está dentro dos centros de saúde, de hospitais, de centros cirúrgicos. O trabalho intelectual, como do sujeito-médico, está em contraponto com o trabalho manual, do sujeito-auxiliar de enfermagem, porém esse contraponto o qual se coloca através da diferença social e através do prestígio que um ganha na sociedade, é problematizado por um ensino que propõe um sujeito-educando não alienado. Essas marcas sociais refletem uma sociedade e cabe à escola, especificamente uma escola de saúde nesta discussão, mostrar que o processo laboral reflete essa desigualdade.

Essa contribuição da escola para o “sujeito-reflexivo” não é apenas identificar as contradições que assolam a sociedade capitalista, é, de alguma forma, uma força para que esse *status quo* mude através de ações diretas de sujeitos que têm compromisso com uma sociedade igualitária. Não é apenas na divisão de trabalho que essa marca se apresenta, mas também através da divisão da sociedade marcada: por cor da pele, pela identidade de gênero, pela orientação sexual, pelo sexo. Essas contradições sociais estão atravessadas na sociedade e, diversas vezes, colocadas como algo comum. Um ensino contra-hegemônico propõe conscientizar e formar sujeitos que promovam uma ação social. Há algumas perguntas que se colocam dentro da reflexão deste artigo: qual é o papel do componente curricular língua portuguesa em relação ao gênero e à sexualidade? Como esses elementos se materializam na língua? Como discutir gênero e sexualidade numa sociedade que preza pela cis/heteronormatividade? Todas as questões serão respondidas ao longo do artigo.

Ensino, Língua e o compromisso com o político

Pensar o ensino de Língua Portuguesa para além de um ensino instrumental requer que interpretemos a língua enquanto uma estrutura que está em curso na sociedade e, também, nos sujeitos educandos que estão imersos na língua e na sociedade. É necessário desconstruir no imaginário deles que a língua resume-se às regras infundáveis e à decoreba – imaginário que, infelizmente, é perpetuado não só pela sociedade como também por alguns professores de língua portuguesa que reduzem o ensino às regras da gramática – que mais promovem anseios do que um modo de casar a língua que ele reconhece enquanto sua e a língua escolar. Entretanto a língua faz parte de um jogo discursivo em que os sujeitos-sociais são partes constitutivas dos efeitos de sentidos.

Importante ressaltar que as escolhas linguísticas são formas de interpretar a realidade, dessa forma, aquilo que está em curso na sociedade pode vazar através da língua “é lugar de produção de efeitos ideológicos” de acordo com Orlandi (1999, p. 48). Por exemplo, preconceitos de várias naturezas como: racismo, classismo, machismo, lgbtfobia, etc que podem vazar através da língua(gem). Mas também, a língua serve para os sujeitos (se) significarem em sociedade, identificando-se com algumas características linguísticas. É o caso, por exemplo, do pajubá, língua que nasceu da miscelânea das línguas africanas, línguas indígenas e o português (MOURA, 2018) e é relacionada à comunidade LGBTQIA+. Por diversas vezes, o falar (compreende-se “falar” aqui relacionado às características linguísticas que vão da fonologia à sintaxe passando pela entoação, pelo gestual e caracterizando o discurso) dos sujeitos-LGBTQIA+ é utilizado em programas de humor para provocar o riso. A partir daquilo que uma sociedade cis/heteronormativa julga como objeto de humor, que provoque riso, graça e continua, mesmo que indiretamente, perpetuando que os sujeitos-LGBTQIA+ podem aparecer em sociedade apenas nessas situações jocosas.

A justificativa para proporcionar o ensino de língua portuguesa numa perspectiva contra-hegemônica aos sujeitos-educandos inclui, dentre várias problemáticas que estão em sociedade, desconstruir a imagem de sujeitos historicamente marginalizados no lugar do risível, apontando as questões intrínsecas à comunidade e em relação aos seus direitos. Ao formar os educandos da EPSJV, é importante que se coloque questões linguístico-discursivas que atravessam a comunidade LGBTQIA+, pensando na historicidade da constituição da língua portuguesa no Brasil (GUIMARÃES, 2005 e GUIMARÃES & ORLANDI, 1996).

Uma maneira da linguagem LGBTQIA+ chegar aos educandos é através das mídias sociais, do discurso digital. É claro que não tem como assegurar que todos os educandos vão ter acesso a ela, porque pode haver a questão de terem acesso à internet, que, mesmo se estiverem inseridos em determinados grupos digitais, não há garantias para se deparar com esse sistema languageiro sendo utilizado. No entanto, o papel do sujeito-professor de língua portuguesa pode ser daquele que vai trazer essas questões para sala de aula e analisá-las. Muitos educandos estão familiarizados com os gêneros digitais, mas possuem dificuldades para analisar, ler para além do texto e ter uma compreensão daquilo que está atravessado nas mídias. O educando vai à escola querendo saber sobre sua língua materna, porque tem dificuldade de associar a língua das regras da gramática com a sua língua do cotidiano, como nos apontam Pfeifer e Silva:

Na ordem do imaginário, espaço da organização dos sentidos, o sujeito de linguagem brasileiro vai à escola para aprender a sua língua materna e

não a língua portuguesa, porque é esta a língua oficial do Estado, que é também a língua nacional brasileira. Há, na forma material língua materna, inscrita em um processo de gramatização brasileiro, o funcionamento de um acontecimento discursivo que atualiza, constantemente, uma memória disjuntiva, contraditória, equívoca, que, na remissão transparente a um referente óbvio, apaga todas as relações políticas, históricas e ideológicas que constituem a relação do brasileiro com as línguas, que ocupam um espaço de dizer inaugurado no gesto da colonização portuguesa (PFEIFFER & SILVA, 2014).

Dessa forma, o sujeito-educando possui um descompasso entre a língua do seu cotidiano, que ele utiliza para falar, escrever em diversos gêneros textuais, que não necessita de uma formalidade no nível da gramática normativa e a língua que é oficial do Estado, a língua escolar. O pajubá, forma languageira da comunidade LGBTQIA+, pode aparecer para os educandos de diversas maneiras, entre elas: através de pessoas que são da comunidade LGBTQIA+, ou através das mídias sociais, muitas vezes sem estabelecer a relação entre as características linguísticas e o pajubá, ou seja, o sujeito que não conhece aquela forma languageira não a relaciona à comunidade LGBTQIA+.

Essa explicitação entre essa língua desconhecida, mas necessária, e sujeito-educando, dá-se através do sujeito-professor de língua portuguesa, apontando as características textuais, problematizando possíveis questões que o texto coloca, porém percebendo que as questões podem ir além em relação aos efeitos de sentido que aquele discurso pode ter. Como nas palavras de Petri:

Eis a importância do papel do professor de língua; é ele, em especial, no interior da escola, quem trabalha questões de identidade e de alteridade, via língua. É pela língua que o sujeito passa a compreender as diferenças e as semelhanças entre o “eu” e o “outro”, percebendo que os discursos são produzidos por sujeitos e que os livros podem/devem ser lidos de forma crítica, pela incompletude que lhes é própria (nem tudo vai caber neles) e por sua equivocidade constitutiva (o sentido pode ser outro) (PETRI, 2010, p. 66).

A maneira como o professor precisa atuar deve ser quase sempre para que o educando se veja no processo de aprendizagem, mas também possa perceber o outro, saber os limites impostos em sociedade e respeitar as individualidades-diferentes. O sujeito-professor é uma figura importante nessa construção, primeiro porque ele também possui demandas. Há diversidade entre o sujeitos-professores: crenças políticas, crenças religiosas. Cabe a eles um compromisso com o público de maneira ética e convidado os sujeitos-educandos à reflexão. Sem impor verdades e sem demonstrar apenas um ponto de vista. O compromisso com uma sociedade mais igualitária passa pelo o exercício de alteridade.

A Língua Portuguesa: o Eu e o Outro

O primeiro texto selecionado para análise deste artigo foi publicado pelo site da revista *Veja* no dia 26/04/2019 e aborda sobre o presidente Jair Bolsonaro vetar uma campanha publicitária por conter palavras do universo LGBT (o mesmo que LGBTQIA+, mas sem a inclusão de outras letras para evidenciar outras nomenclaturas). Em seguida o texto segue na íntegra:

Bolsonaro proíbe uso de palavras do universo LGBT em campanhas estatais
Dicionário da censura (Revista Veja: 26/04/19)

Em reunião no Banco do Brasil com inúmeras agências de publicidade, determinou-se, por orientação do Planalto, que palavras como “lacrar” e outras ligadas ao universo LGBT estão proibidas de ser usadas em qualquer tipo de peça publicitária e de divulgação.

A determinação, uma espécie de “Dicionário da Censura” vale para todas as estatais. De acordo com o repórter Gabriel Mascarenhas, da coluna Lauro Jardim, o presidente Jair Bolsonaro vetou ontem uma campanha do Banco do Brasil após não gostar do tom adotado, marcado pela diversidade.

A manchete já começa com o verbo proibir e o agente desse verbo é o presidente do Brasil. Interessante que na mesma manchete utiliza-se o termo “universo LGBT” para dizer sobre as palavras que foram proibidas. Se essa ação feita pelo representante maior da população brasileira, democraticamente eleito, proíbe palavras do “universo LGBT”, há uma forma de censura em nível institucional. É uma maneira de não colocar a diversidade no nível da orientação sexual e da identidade de gênero em ações publicitárias de instituições públicas. Sabemos que os sentidos não estão agarrados às palavras. “Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história. Em que entram o imaginário e a ideologia” (ORLANDI, [2002] 2013, 73). Assim, Bolsonaro, ao associar a palavra à comunidade, faz um direcionamento de leitura.

No corpo da notícia, explicita-se sobre como esse veto ocorreu: numa reunião entre representantes do governo e trabalhadores das agências de publicidade no Banco do Brasil. A palavra “lacrar” é ligada, de acordo com o presidente⁴, ao universo LGBTQIA+. No entanto, “lacrar” é uma palavra apenas ligada aos sujeitos dessa comunidade? Qual posição-sujeito Bolsonaro assume para dar essa leitura para essa palavra? Sabemos que sujeito e sentido se constituem na história, dessa forma, essa relação significado e significante é atravessada pela historicidade e não por um ideal de que um esteja colado no outro. O presidente vem de um histórico de comentários contra a população LGBTQIA+ (como o episódio em que disse que as pessoas tinham filhos gays por falta de uma correção violenta⁵), através da formação discursiva, como coloca Orlandi:

[...] lugar provisório de metáfora – representa o lugar de constituição do sentido e da identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro (ORLANDI, [2002] 2013, p. 77).

É através dessa memória e da filiação do presidente a essa formação discursiva que sabemos que a censura do presidente não é aleatória. Ao associar palavra à comunidade, evoca-se uma memória do que já foi dito pelo Presidente e essa memória coloca-o na posição-sujeito homofóbico pois constituiu o sujeito e o sentido. A leitura do presidente é que essa palavra, que não é de uso exclusivo da comunidade LGBTQIA+, não pode estar em circulação com a chancela institucional. Temos aí um reforço da filiação a formação discursiva homofóbico e um direcionamento no sentido da palavra “lacrar”.

⁴ Entretanto o comercial do Banco do Brasil não possuía a palavra “lacrar” dentro do texto do vídeo, mas sim a expressão “faz carão” também da comunidade LGBTQIA+ como podemos ver no vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UFbNDpofZcg> Acesso em: 01 mar. 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ter-filho-gay-e-falta-de-porrada-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

Ao censurar, o presidente lança luz ao sentido que vem sendo silenciado por dicionário com prestígio social. A imagem do dicionário *online* caldas Aulete, um dicionário que possui um perfil institucionalizante, ou seja, que tem autoridade para “oficializar” que determinadas palavras estão em curso na língua, e, ao operar com um “status oficializante”, goza de certo prestígio na sociedade. Segue a imagem:

Figura 1: Verbetes no site do Caldas Aulete.

The image shows a screenshot of the Aulete Digital website. At the top, there is a navigation bar with links for 'Sua língua na Internet', 'Dicionário Caldas Aulete', 'Gramática básica', and 'Dicionário analógico'. Below this is a secondary navigation bar with links for 'Página principal', 'O que é', 'Palavra do dia', 'Downloads', and 'Convide um amigo'. The main header features the 'Aulete DIGITAL' logo on the left and the 'Lexikon' logo on the right. A search bar is located below the logo. Below the search bar, there are two tabs: 'Verbetes Atualizado' (selected) and 'Verbetes Original'. The main content area displays the verb 'lacrar' in a large font. Below the verb, there is a sub-header '(la.crar)' and a rating 'A A A A'. The text of the entry includes: 'v. 1. Selar ou fechar com lacre: Lacrou o envelope. 2. Bras. Colocar selo de chumbo em (placa numérica de veículo) para efetuar sua identificação: Lacrou a chapa de seu carro. [F.: lacre + -ar². Hom./Par.: lacre(s) (fl.), lacre(s) (sm.[pl.]).]

Fonte: <https://aulete.com.br/>. Acesso em 20 out.2020.

Podemos perceber que os sentidos trabalhados no dicionário *online* são apenas os sentidos que o verbo *lacrar* possui da forma como circula em larga escala na sociedade: a ideia de selar, fechar. Há aí um silenciamento de como essa palavra significa para outros sujeitos em outras condições de produção, em outras posições-sujeito. O processo de dicionarização das palavras requer tempo e uso como apontam Moura e Souza (2015), a frequência que determinado vocábulo circula na língua para que, depois de certo tempo em circulação, o sujeito-lexicógrafo possa fazer o gesto de criar um verbete em um dicionário, e, assim, tal palavra/significado possa ganhar *status* maior na língua. Esse percurso entre a ocorrência e o registro, em dicionário, pode ser rápido, ou demorado, fazendo com que tal vocábulo/sentido, às vezes, caia em desuso e não ganhe o *status* de ser dicionarizado. É daí, dessa exclusão do sentido de *lacrar* para comunidade LGBTQIA+, que a ação do presidente da república censura e reitera os sentidos que atravessam a comunidade. Censura pois proíbe a peça publicitária de circular com a visibilidade do sentido/da expressão para a comunidade LGBTQIA+, e reitera, porque, ao censurar, lança luz para uma palavra/sentido que talvez muitos sujeitos não conhecessem, fazendo com que ganhe visibilidade. As condições de produção, a posição sujeito e o atravessamento da historicidade são de grande importância no processo de atribuir sentido, porque negam a transparência da linguagem.

Dentro da sala de aula, a questão de gêneros textuais também é importante. A complementação entre o gênero notícia e o gênero dicionário é imprescindível para a questão analisada aqui, mas não se limita a isso. O professor, ao trabalhar os gêneros, a

textualidade e os efeitos de sentido, o discurso, pensa o político e o ideológico. Fazendo assim, com que a materialidade da língua não seja uma imensidão de regras infundáveis, mas sim a possibilidade de significar em sociedade e perceber os conflitos que essa apresenta.

Essas discussões podem ser feitas pelo professor de língua portuguesa, atentando ao silenciamento que ocorre nos níveis institucionais: por parte do presidente e por parte do dicionário Caldas Aulete por possuir um prestígio do caráter lexicográfico. A seguir, vamos discorrer sobre o processo discursivo de verbetização.

Verbetização: um instrumento de linguagem

Seguindo na mesma esteira de Auroux (2015), podemos apontar que gramatização é:

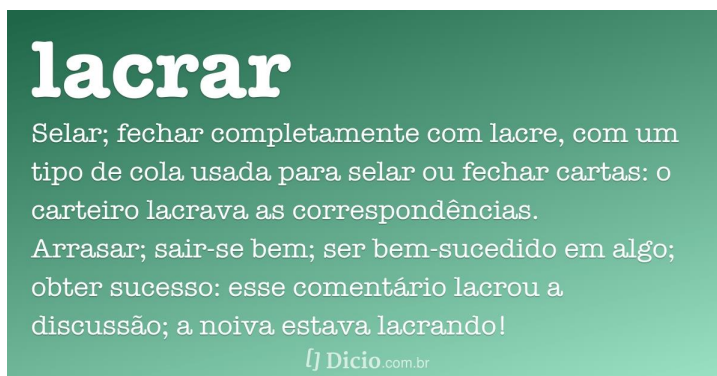
[...] o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário (AUROUX, [1990] 2015, p. 65).

Dessa forma, tanto as gramáticas, como os dicionários são tecnologias linguísticas que servem como instrumento para descrever a língua, estudar, retratar/analisar em determinado período, etc. A discussão que nos deteremos aqui é sobre o dicionário, mais precisamente sobre a dicionarização. Como aponta Nunes (2010), os sujeitos se veem cada vez mais tendo a necessidade de definir as palavras:

Com as novas tecnologias, cada vez mais os sujeitos no dia-a-dia constroem seus próprios bancos de dados ou de textos e também são colocados na posição de definir as palavras. Os grandes bancos de dados textuais também têm se expandido e multiplicado. Dicionários impressos são informatizados. Dicionários atuais e antigos são colocados à disposição na Internet. Alguns sites de dicionários como o Oxford na Inglaterra e o dicionário Caldas Aulete no Brasil, abrem espaço para a participação dos internautas. A Wikipédia é construída com a participação de centenas de pessoas que acessam a Internet. Com os hipertextos, os blogs e outros novos textos eletrônicos, os comentários sobre palavras no dia-a-dia se multiplicam (NUNES, 2010, p. 16, grifos nossos).

Podemos perceber que mesmo em dicionários *online*, como o Caldas Aulete citado por Nunes, a acepção do sentido de lacrar para a comunidade LGBTQIA+ não é contemplada. Quando pesquisamos em dicionários *online* em que não há um certo critério para a construção de um verbete, somente um registro de que tal vocábulo, ou tal sentido da palavra surgiu em algum contexto, podemos perceber que o sentido para a comunidade é abarcado, segue abaixo:

Figura 2: Verbetes do dicionário *Online* de Português



Fonte: <https://www.dicio.com.br/lacrar/>. Acesso em 20 out.2020.

O dicionário *online* do português é uma ferramenta conhecida no mundo virtual, justamente, pela falta de critério em selecionar os verbetes, além de qualquer pessoa poder se colocar na posição de sujeito-lexicógrafo e poder criar a sua própria definição para palavras, ou retratar, como alguns sentidos estão em algumas condições de produção seja na *web*, na televisão, ou em algum meio em que não haja um registro oficial. Ao não ter critério, palavras que são conhecidas apenas de um grupo específico podem ganhar um verbete nesse dicionário, dependendo se alguém já escreveu ou não o verbete.

Por isso é importante, mesmo em dicionários *online*, estabelecer a diferença entre dicionarização e verbetização. A dicionarização chancela de maneira institucional que aquela palavra entrou na língua, fazendo parecer que todo dicionário seja um circuito fechado como coloca Orlandi ([2002] 2013)). Importante afirmar que essa chancela é o último passo para legitimação da entrada do vocábulo na língua, uma vez que há todo um processo entre os sujeitos em sociedade que faz emergir que tal palavra pertença à língua. Já a verbetização é o gesto instantâneo, *in loco*, de definir uma palavra, pode ser em dicionários *online*, uma lista de palavras em um texto, o professor explicando aos educandos que não saibam o sentido de determinada palavra na sala de aula, com base na sua experiência, explicita o sentido de palavras novas, que dentro de uma tessitura discursiva, ganhe um outro sentido. Enfim, a verbetização foge de uma formalidade, mas segue respeitando os limites dos efeitos de sentido, uma vez que o sentido sempre pode ser outro, mas não pode ser qualquer um. Como postula Moura:

O processo de verbetização nos parece mais imediato e funcionando numa espécie de glossário/vocabulário. Isso significa (como apontam Nunes, 2006; Medeiros 2012) que o sujeito lexicógrafo não é um sujeito empírico, isto é, ele é um posição constituída historicamente. [...] No entanto, voltando à discussão entre dicionarização e verbetização, o primeiro estaria ligado a uma instituição, já o segundo estaria ligado a uma funcionalidade, fazendo assim, numa emergência de atribuição de sentido que possamos ter. O processo de dicionarização respeita o “circuito fechado” que nos propõe Orlandi (2002), uma vez que essa referenciação junto com o interdiscurso trabalham na constituição de uma pretensa “totalidade” da língua. E a verbetização funciona ao imediato, àquilo que demanda a fruição de sentido dentro de uma textualidade (MOURA, 2018, p. 135-136).

Esse processo de verbetização é interessante e importante, porque não exclui o processo de dicionarização, pelo contrário, aponta que os dicionários não dão conta da definição de todos os sentidos em circulação, pois são elaborados em determinadas condições de produção, fazendo assim uma espécie de retrato da língua e dos sentidos movimentados em determinada época. Isso quer dizer que “lacrar”, no sentido utilizado pela comunidade LGBTQIA+, pode entrar em dicionários e se afirmar na língua, mas tudo vai depender se continuará sendo usado ou não pelos sujeitos em sociedade. Essa é uma das discussões importantes de levar para sala de aula e de perceber que gênero e sexualidade podem estar atrelados à língua, por conta daquilo que é evidenciado e daquilo que é silenciado. Podemos colocar que o maior grau de circulação é o cis-heteronormativo e o silenciado é o LGBTQIA+.

O sujeito-professor de língua portuguesa vai operar com os textos, com os sentidos e com aquilo que está para além do texto, possibilitando que os sujeitos-educandos façam a reflexão devida entre o eu e o outro da/na sociedade. Importante colocar que o uso do texto em sala de aula não pode estar submetido apenas às regras gramaticais, é necessário um processo em que os aspectos gramaticais e a historicidade estejam trabalhando num processo indissociável. Neste exemplo aqui reportado, não só as discussões são pertinentes para refletir a sociedade e os fatos de linguagem como também para analisar as escolhas lexicais: da notícia e/ou dos verbetes. E dessa forma, apontar para os sujeitos-educandos a importância das escolhas lexicais.

À guisa de conclusão

Esta reflexão feita ao longo deste artigo não termina aqui, podemos e devemos ressaltar muitos elementos que estão acerca do gênero e da sexualidade. Refletir sobre língua portuguesa, englobando gênero e sexualidade, é algo imprescindível no processo de ensino-aprendizagem, principalmente, porque vivemos em uma sociedade extremamente desigual, contraditória, e que coloca pessoas LGBTQIA+ à margem do processo de cidadania. O lugar do sujeito-professor de língua portuguesa é apontar essas contradições que passam despercebidas pelos sujeitos-educandos, convidá-los à reflexão de como a sociedade está estruturada e quais caminhos podemos fazer para deixá-la mais horizontal prevalecendo o respeito e a diversidade. Se os sujeitos-educandos precisam sair da sua zona de conforto, o sujeito-professor também precisa, uma vez que muitos desses temas não são de conhecimento geral e aparecem como algo “delicado” ou não adequado para a sala de aula.

Por isso, e respeitando o projeto-político pedagógico da EPSJV, que visa a formação crítica dos seus educandos, futuros trabalhadores do SUS e com os interesses de apresentar os conflitos e as contradições da vida social, é necessário colocar para eles as reflexões sobre língua/discurso respeitando à preservação da vida e aos direitos humanos. Colocar também que essa relação entre ensino de língua portuguesa e gênero/sexualidade não é dada no primeiro momento – com exceção das reflexões sobre morfologia as quais não discutimos neste texto – mas que para uma reflexão sobre língua e sociedade é necessário colocá-la em voga. Esses conflitos e essas polêmicas estão atravessados na sociedade e o professor precisa mediar em sala de aula essas questões, não numa proposição de que a língua é uma reflexo exato do meio social, mas sim porque as disputas de sentido operam numa sociedade marcada por classes em que os preconceitos estão circulando.

Dada a crescente onda do movimento Escola sem Partido (uma escola que é colocada como neutra e que questões políticas são “banidas”) e Ideologia de Gênero (em que refletir sobre a questão do gênero e da sexualidade é visto como uma doutrinação ideológica) – ainda que tenha sido engavetado o projeto do Escola Sem Partido – essas ideias despertam, com frequência, a supervisão dos sujeitos mais conservadores em relação às questões sobre gênero e sexualidade. Elas encontram-se sob um maior acossamento, visto que o dirigente que ocupa o maior cargo no poder executivo do Brasil preocupa-se em não usar palavras que tenham qualquer relação com a comunidade LGBTQIA+. Ressaltamos aqui o que Pêcheux e Gadet ([1981], 2004) postulam. Analisando os movimentos políticos no Leste Europeu que tentaram dominar a língua, logo também tentaram dominar a história, os autores postulam:

O que afeta e corrompe o princípio de univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história (PÊCHEUX & GADET, [1981] 2002, p. 64).

Ao lançar luz para palavra “lacrar”, o presidente da república pode ter contribuído para que a acepção usada pela comunidade LGBTQIA+ possa se consolidar na língua e entrar em dicionários com selos institucionais.

É de extrema importância que o sujeito-professor de língua portuguesa selecione aspectos no âmbito linguístico os quais apresentem questões dos sujeitos marginalizados na/pela sociedade. O racismo, a xenofobia, o machismo são outros exemplos que estão discursivamente significando. Assim, e reiterando as palavras de Petri: “É pela língua que o sujeito passa a compreender as diferenças e as semelhanças entre o ‘eu’ e o ‘outro’” (PETRI, 2010, p. 23) e isso não pode ser menosprezado pelo sujeito-professor, é um trabalho árduo que envolve não só a formação das competências que envolvem língua, mas também a formação enquanto cidadão percebendo as contradições e os conflitos que se apresentam na sociedade.

Referências

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora UNICAMP. 3ª Ed, [1992] 2014.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1990] 2015.

DIAS, C. P. A Análise do Discurso Digital: um campo de questões. *In: Caderno de Estudos do Discurso e do Corpo*, v. 10, p. 8-20, 2016.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. O real da língua é o impossível. *In: A língua inatingível: o*

discurso na história da Linguística. Campinas: Editora Pontes, [1981] 2004.

GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. P. Identidade Linguística. *In: Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Campinas: Editora Pontes, 1996.

GUIMARÃES, E. Línguas do Brasil. **Ciência e Cultura (Temas e Tendência)**. São Paulo, SP. Número 2. Vol 57. Pags-39-42, 2005.

MEDEIROS, V.G. & PETRUS, V. **Da língua partida**: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. Letras (UFSM), v. 23, p. 43-66, 2013.

MOURA, J. R. F. & SOUZA, T.C.C. Memória e processos Lexicais em Mídia Popular. *In: V Simpósio Mundial de estudos da Língua Portuguesa*, 2015, Lecce. **De volta ao futuro da língua portuguesa**. Lecce: Scietifica Elettronica. v. I. p. 537-550, 2017.

MOURA, J. R. F. **Da sombra às cores**: Análise discursiva do dicionário LGBT's Aurélia. Tese (Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NUNES, J. H. **Dicionário no Brasil**: Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas: Editora Pontes, 2006.

NUNES, J. "Sobre a noção de 'Dicionário Popular'", *In: Estudos Lingüísticos XXXV*, São Carlos, UFSCAR, p. 1028-1032, 2006a.

NUNES, J. Dicionários: Histórias, Leitura e Produção. *In: Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*. Volume 3, número 1/ 2, 2010.

ORLANDI, E. P. Do Sujeito na História e no Simbólico. *In: Escritos - Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*. Número 4. 1999.

ORLANDI, E. P. **História das Idéias Linguísticas**: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Cáceres, MT. Ed: UNEMAT, 2001

ORLANDI, E. P. **Língua e Conhecimento Linguístico**: Para uma História das Idéias no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, [2002] 2013.

PÁGINA "Criança Viada" é reativada no Tumblr. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 15 set. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/pagina-crianca-viada-e-reativada-no-tumblr-9900761.html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PETRI, V. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. 1. ed. Santa Maria: PPGL-Editores, v. 1, 2010.

PROJETO político e pedagógico. **Fiocruz**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/ensino/projeto-politico-e-pedagogico>. Acesso em: 29 jan. 2020.

PFEIFFER, C. C. & SILVA, M. V. Estado, Ciência, Sociedade: Por entre línguas e teorias. **Revista Letras da Pós Graduação da UFSM**. Nº 48, 2014.